

# O TRABALHO INFORMAL E SUA SUPOSTA AUTONOMIA: UMA MODALIDADE FLEXÍVEL DE EXPLORAÇÃO

Maria Augusta Tavares<sup>1</sup>

**Resumo:** A orientação neoliberal, para legitimar as formas contemporâneas de exploração do trabalho, atribui aos trabalhadores uma autonomia que é negada pela realidade. Essa suposta autonomia explica o crescimento do *self-employed*, embora o conteúdo das relações (comando da produção, determinação do valor, tempo etc), demonstre uma expansão da informalidade, mediante adoção do salário por peça. Mas, por razões que nos parecem subjetivas, a ideia do *self-employed* é mais facilmente incorporada pelos trabalhadores que a de trabalho informal (historicamente, uma forma comum às economias atrasadas). Contudo, chamar trabalho informal de *self-employed* não é uma inocente imprecisão semântica, pois essa interpretação equivocada da realidade, tem implicações práticas e teóricas de consequências histórico-sociais. Tomando o trabalho, como unidade de referência, analisamos neste artigo a tendência à generalização do trabalho informal, no mundo e suas consequências histórico-sociais.

**Palavras-chave:** Trabalho. Autonomia. Self-employed. Trabalho Informal.

**Abstract:** The neoliberal orientation, to legitimize contemporary forms of labor exploitation, gives workers an autonomy that is denied by reality. This supposed autonomy explains the growth of the self-employed, although the content of the relations (production control, determining the value, time, etc.), demonstrate an expansion of informality, by adoption of salary per piece. But for

---

<sup>1</sup> Professora Voluntária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, Brasil; Investigadora do Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais, Lisboa.

reasons that seem subjective, the idea of self-employed is more easily incorporated by workers than the informal work (historically, a common way to backward economies). However, call informal working of self-employed is not an innocent semantic imprecision, because this misinterpretation of reality, has practical and theoretical implications of social-historic consequences. Taking the work, as the referral center, we analyze in this article the tendency to generalize the informal work in the world and its historical and social consequences.

**Key-words:** Work. Autonomy. Self-employed. Informal work.

## Introdução

Até os anos 1980, o que se compreendia como atividade informal era, com algumas exceções, desenvolvida mediante trabalho independente, exercido por conta própria, sem articulação direta com o processo de acumulação capitalista. Aquelas atividades estavam restritas à sobrevivência dos produtores. Embora produzissem mercadoria, esta restringia-se à operação M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria), na qual o dinheiro é só meio de circulação simples, sem possibilidade de multiplicar-se, fenômeno que ocorre quando mercadoria e dinheiro são capital. Aquela modalidade de produção, portanto, era vista como representativa do atraso das regiões onde tais formas de trabalho se expandiam. Assim, a realidade, em alguma medida, contribuía para pôr em dúvida o desenvolvimento desigual e combinado, inerente ao capitalismo e, nesse contexto, a economia era tratada pela literatura dominante, mediante um caráter dual que a dividia em setor formal e setor informal.

Essa formulação formal/informal, originária de uma missão de técnicos da OIT ao Quênia, em 1972, consubstancia o Relatório

do Quênia<sup>2</sup>, cuja concepção da realidade foi rapidamente assimilada pela academia, por políticos e pela sociedade, principalmente pelo caráter utilitário do setor informal, cujas características permitem que sejam criados empregos a baixo custo. São elas:

- facilidade de acesso (baixo nível de capitalização e de tecnologia, gerando baixa produtividade)
- utilização de recursos locais
- propriedade familiar
- escala de atividade reduzida
- uso de tecnologia que privilegia o recurso à mão de obra (caráter extensivo)
- qualificação adquirida fora do sistema oficial de formação
- mercados concorrenciais e sem regulamentação.

Mas a teoria explicativa da setorialização logo é contestada pela realidade. Face à crise, entre o final dos anos 1960 e início dos 1970, impõe-se uma reestruturação produtiva do capital, a qual, dentre outras políticas, se caracteriza pela flexibilização da economia. Esta, tanto flexibiliza os processos produtivos quanto a gestão da produção, suscitando diversas formas de exploração do trabalho, materializadas, sobretudo, mediante processos de terceirização. Sob a alegação de que a “rigidez fordista” era, em grande medida, responsável pela crise, são incentivadas e difundidas as formas “flexíveis” de trabalho, entre as quais podem ser encontradas reedições do pré-capitalismo – cooperativas, trabalho domiciliar etc. – e formas

---

<sup>2</sup> A concepção básica de setor informal foi estabelecida em *Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya*, Genebra, OIT, 1972, mas Keith Hart, num trabalho pioneiro sobre emprego e renda urbana, em Gana, já fizera alusão ao termo, em 1971.

novas, criadas pelos Estados, em consonância com o atual padrão de acumulação. Cada país, ou região, promove um aparato jurídico, através do qual as novas formas, ditas “autônomas” cumprem o papel de baixar o custo da produção e de reduzir o capital variável na composição orgânica do capital. Articuladas por fios (in)visíveis<sup>3</sup> ao capital, essas formas são exercidas como se o trabalhador fosse autônomo, embora o conteúdo do trabalho e a sua função social indiquem tratar-se de “empregos informais”<sup>4</sup>, os quais guardam implicações práticas e teóricas, que devem, obrigatoriamente, ser analisadas, se não quisermos jogar no terreno que favorece o aprofundamento da desigualdade, logo o agravamento da questão social.

Contudo, ao contrário, o estímulo a essa prática, nomeadamente via empreendedorismo, tornou-se quase uma unanimidade no mundo, sendo a sua defesa incorporada, inclusive, pelos trabalhadores. Tem-se a impressão de uma recusa ao desemprego, pelo artifício da semântica, dado que por essa via muitos trabalhadores têm a ilusão de estarem a se tornar empresários. Trata-se de passar da condição de empregado a de empregador ou, se calhar, de explorado a explorador. Se é correto afirmar que a riqueza é produzida pelo trabalho e que a exploração da mais-valia garante a acumulação capitalista, muitos dos supostos empresários estão a ser explorados pelo capital, não importa sob que designação. Como bem o dissera

---

<sup>3</sup> Em *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*, Tavares (2004) trata com detalhes dessa articulação.

<sup>4</sup> Em relatório do Banco Mundial (PERRY *et al.*, 2007), já são encontrados termos como “trabalhadores assalariados informais” e “empregos informais”, mas prevalece a ideia da setorialização, sendo tais formas entendidas como pertencentes a um “setor assalariado informal”. Infere-se que aquela personificação do capital reconhece a existência do trabalho informal, porém externo ao “setor desenvolvido”.

William Shakespeare, “O que chamamos rosa, sob uma outra designação teria igual perfume.” Convém ao capital que o trabalhador promova os meios para a realização do fim capitalista, se possível, sob uma relação em que o trabalhador tenha a ilusão de não estar sendo explorado. Tampouco importa a natureza da relação do empreendedor com outros trabalhadores. Importa que o Estado crie condições que sirvam para mascarar a contradição inerente à relação capital-trabalho, expressa nas fraturas que a crise tende a visibilizar – produção e controle, produção e consumo, produção e circulação<sup>5</sup> – e, ainda, que o mesmo se encarregue de manter a ordem, elemento imprescindível ao desenvolvimento capitalista, pois “o capitalismo é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade. (...) O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 54).

Nesse sentido, o pequeno empresário é conduzido, por um lado, a acreditar que deixou de ser trabalhador e que tornou-se um agente econômico que, na esfera da circulação, se encontra com outros em condição de igualdade e, por outro, que é dele a nobre função de criar emprego, numa sociedade em que ter uma ocupação remunerada, mesmo instável, eventual e mal paga, é quase um privilégio. Mas essa não é a forma exclusiva, pela qual o capital comanda trabalho produtivo e improdutivo<sup>6</sup>, sem que disso os tra-

---

<sup>5</sup> Fraturas que são tratadas em profundidade por Mészáros (2002).

<sup>6</sup> Falamos do trabalho, nos termos concebidos por Marx, em que “É *produtivo* o trabalho que gera diretamente *mais-valia*, isto é, que *valoriza* o capital. (1978, p. 71). O trabalho improdutivo, por sua vez, é aquele empregado na realização do valor. “O que se pode considerar diretamente mercadoria não é o próprio trabalho em sua existência imediata e ativa, mas a força de trabalho, cuja exteriorização temporária é o próprio trabalho” (MARX, 1980, p. 150).

balhadores tenham consciência. Nas atividades manuais ou intelectuais, na produção ou na circulação de mercadorias, há, hoje, milhões de trabalhadores que são conduzidos a crer que trabalham por conta própria, de modo a ser justificada a ausência de proteção social. Para Tavares (2004), toda relação entre capital e trabalho, na qual a compra da força de trabalho é dissimulada por mecanismos que descaracterizam a relação formal de assalariamento, dando a impressão de uma relação de compra e venda de trabalho objetivado numa mercadoria é trabalho informal.

Não se ignora que ainda existem, efetivamente, formas de trabalho independente, atividades de mera sobrevivência, sem relação direta com o capital. O desenvolvimento capitalista não destrói todas as formas pré-capitalistas, mas estas são insignificantes. Tampouco a contradição foi eliminada. “O desenvolvimento da mercadoria não suprime essas contradições, mas gera a forma dentro da qual elas podem mover-se” (MARX, 1983, p. 93). O trabalho informal é, sem dúvida, uma das formas pelas quais o capitalismo se move contemporaneamente. Mas o conteúdo e a função social do trabalho informal de que estamos a analisar, o caracterizam como trabalho assalariado sem proteção social. Trata-se do uso do trabalho informal, por empresas formais, públicas e privadas, mediante estratégias propiciadas pelo Estado, para reduzir o custo da produção. Esse uso, além dos prejuízos materiais à classe trabalhadora, tem contribuído para que, via de regra, o que é trabalho informal, articulado à acumulação capitalista, seja tratado como trabalho por conta própria, interpretação que reforça a hipótese de autonomia dos trabalhadores. Essa interpretação encontra sustentação teórica em diferentes formulações que tentam explicar a realidade: ora defende-se o fim

do emprego (RIFKIN, 1995)<sup>7</sup>, ora o fim da centralidade do trabalho (OFFE, 1995)<sup>8</sup>, ora percebe-se o desemprego como resultante de uma recusa ao trabalho (NEGRI, 2002)<sup>9</sup>, dentre outras interpretações, que permitem indagar de que sociedade estão a falar. Por acaso, a sociedade onde cresce o trabalho informal na produção formal deixou de ser capitalista? Como se explica que uma forma representativa do atraso tenha, de repente, se tornado moderna? Pode-se, hoje, ignorar que o desenvolvimento capitalista só se realiza mediante relações desiguais e combinadas? O aumento do desemprego é argumento suficiente para que se afirme o fim do trabalho?

Na contracorrente dos que presumem o fim da sociedade do trabalho, é possível perceber que o tempo<sup>10</sup> permanece uma categoria

---

<sup>7</sup> Fato que é comprovado pelos níveis crescentes de desemprego. Mas nem emprego é trabalho, nem o desemprego formal significa que o trabalho desenvolvido sob outras formas foi suprimido do mercado.

<sup>8</sup> “A diferenciação interna contínua da coletividade dos trabalhadores assalariados, assim como a erosão dos alicerces culturais e políticos de uma identidade coletiva centrada no trabalho, ampliaram esses dilemas das formas de trabalho assalariado contemporâneas a ponto de o fato social do trabalho assalariado ou da dependência com relação ao salário não serem mais o foco de intenção coletiva e de divisão social e política. No que diz respeito aos conteúdos objetivo e subjetivo da experiência, muitas atividades assalariadas nada mais têm em comum a não ser o nome trabalho” (OFFE, 1995, p. 177).

<sup>9</sup> “O conceito de poder constituinte é sempre o conceito de uma crise; entretanto, na abertura da crise e na crise das realidades que ele envolve – objetivação do poder, exploração, expropriação – está o elemento criador da liberação. O trabalho vivo é o próprio conceito de crise e de constituição: o trabalho vivo é poder constituinte que se opõe ao poder constituído e, portanto, é abertura incessante de novas possibilidades de liberdade. No ritmo do trabalho vivo, o poder constituinte determina um espaço: o espaço da cooperação social, impelida à requalificação comunista de todas as atividades e de todas as interdependências. Determina também um tempo: o tempo aberto da destruição da exploração e do desenvolvimento da liberação” (NEGRI, 2002, p. 372).

<sup>10</sup> “O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de

determinante no comando da produção e, por conseguinte, do trabalho. Em muitos casos, o assalariamento assumiu a configuração de salário por peça ou por produção, em outros, bolsistas, estagiários, aprendizes etc. estão a executar o trabalho que antes era executado por assalariados formais. Mas, em todas essas formas o mercado é o senhor absoluto do tempo dos trabalhadores, assim como da sua remuneração e dos seus planos de vida. Trabalhos manuais e intelectuais quando não são executados mediante relações informais, guardam a marca da precarização, sem por isso serem representativos de um “setor” atrasado. Ao contrário, mantêm viva a dinâmica da acumulação, demonstrando que não foi suprimido o trabalho coletivo, pelo qual se evidencia a coordenação, como método capitalista. Convém observar que graças à coordenação capitalista, diferentes jornadas de trabalho, realizadas na esfera da mais-valia absoluta e executadas em diferentes lugares, são combinadas às que são realizadas na esfera da mais-valia relativa, o que põe em dúvida a autonomia dos trabalhadores e justifica o debate que estamos a propor.

## **O trabalho informal na relação tempo-espaço**

É possível verificar que o tema em questão não está entre as prioridades da literatura econômica dos países desenvolvidos. Não por acaso, a teoria que mais avançou no estudo do trabalho infor-

---

nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc. está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. E, no entanto, toda a moderna indústria demonstra que o capital, se não lhe põe um freio, lutará sempre, implacavelmente, e sem contemplações, para conduzir toda a classe operária a esse nível de extrema degradação” (MARX, 1982, p. 177).



mal, nos anos 1980, foi formulada por um economista brasileiro. Para Paulo Renato Costa Souza (1999), parece “incorreta a noção de coexistência de vários modos de produção que se desenvolvem autonomamente” (Idem, p. 140). A seu ver,

*[...] estamos em presença de um modo de produção – o capitalista – no qual se articulam diferentes formas de organização que são sempre subordinadas ao capital (a ideia de vários modos de produção pareceria apontar no sentido da independência ou autarquia) (Idem, ibidem).*

Ao tratar das funções da pequena empresa, Souza (1999) discorda dos que defendem a pequena produção mercantil simples como “um elemento explicativo importante do tipo de desenvolvimento experimentado pelo capitalismo nos países atrasados” (Idem, p. 115). Nas suas palavras:

*A forma de organização mercantil simples corresponde a um estágio da divisão do trabalho mais avançado que a produção individual de subsistência, assim como a forma de organização tipicamente capitalista corresponde a um grau ainda maior de divisão do trabalho. Seguindo o raciocínio smithiano, o avanço da divisão do trabalho depende do tamanho do mercado. Assim, nos casos em que o mercado permite, o capital adota formas de organização tipicamente capitalistas para valorizar-se; em outros onde esse grau de divisão do trabalho não é possível, valoriza-se através das formas não especificamente capitalistas de submissão do trabalho; em outras, enfim, aguarda a constituição de um mercado ‘adequado’ para subordinar e expropriar aos pequenos produtores. Na medida em que cresce e se concentra o mercado em mãos da pequena produção mercantil, o mesmo vai sendo crescentemente submetido pelo capital, através da adoção de formas cada vez mais complexas de dominação (Idem, p. 138).*

Em contraposição à ideia de formal/informal, esse autor defende a teoria da subordinação, segundo qual a economia é um *conti-*

*num* de formas de organização da produção. Em sendo assim, o que a OIT chama de “setor informal” é, para ele, uma forma de produção integrada e subordinada à produção capitalista. E no que tange ao que classifica como “empresas quase capitalistas”, afirma que “sua inserção no mercado é [...] intersticial, não existindo a competição real com outros capitais” (Idem, p. 106-107). Convenhamos que essa concepção fosse sustentada pela realidade naquele momento histórico, nas chamadas economias atrasadas. Mas convenhamos, também, que nos últimos vinte anos, o desenvolvimento capitalista – concentração e centralização – sofreu alterações que permite ao mercado adotar formas bem mais complexas de dominação, o que coloca em dúvida a intersticialidade dessa modalidade de empresa, agora em qualquer parte do mundo.

Com a flexibilização da economia, nem o capital precisa mais reunir num mesmo local os trabalhadores sob o seu comando, nem ter com eles vínculos formais, mediante emprego com proteção social. Tampouco, pode-se dizer que as unidades econômicas que Souza (1999) denomina de “quase capitalistas”<sup>11</sup> sejam intersticiais, hoje. Entre outras mudanças, em algumas atividades, tornou-se condição para o “emprego informal” ser proprietário dos meios de produção, o que pode colocar em dúvida a condição fundamental de existência da sociedade capitalista, qual seja a separação do produtor dos meios de produção. Contudo, antes que levemos o leitor a uma conclusão apressada, lembramos que esse fenômeno

---

<sup>11</sup> “As quase empresas capitalistas constituem um conjunto especial de unidades econômicas, cujo comportamento é semelhante, em vários aspectos, ao de empresas familiares, com a diferença que se utilizam permanentemente do trabalho assalariado” (SOUZA, 1999, p. 106).

ocorre predominantemente em ramos da economia em que a exploração da mais-valia absoluta demonstra ser vantajosa ao capital, a exemplo das indústrias de confecção e de calçados. Certamente, a flexibilização não opera o milagre de propiciar aos trabalhadores as condições materiais imprescindíveis ao desenvolvimento de áreas estratégicas da produção, como energia, siderurgia, comunicação, transportes etc.

Nesse contexto, em que o desenvolvimento capitalista altera a divisão do trabalho e complexifica as formas de dominação, parece que já não se pode assegurar que “as quase empresas capitalistas” (1999), são intersticiais, uma vez que estão a ser disseminadas por todo o mundo, na esfera do trabalho produtivo e do improdutivo. Só não é possível prever a sua duração, pois trata-se de um requerimento determinado pelo processo de acumulação capitalista, portanto, como qualquer outra forma, a provisoriedade lhe é inerente. No atual momento histórico, esse tipo de empresa funciona, em muitos casos, como subcontratadas da grande empresa. Uma espécie de departamento externo, que substitui o trabalho assalariado formal do período fordista.

Note-se que as características atribuídas às atividades do “setor informal”, definidas pela OIT, também servem de justificativa para o incentivo ao empreendedorismo. Entretanto, deve-se observar que as características criadoras do emprego a baixo custo são agora utilizadas não só para sanar a ameaça do desemprego, mas, sobretudo, para que a produção capitalista, isenta dos custos variáveis, possa atingir o seu fim, malgrado a queda na taxa de lucros, que é intrínseca ao aumento da produtividade.

Evidentemente, não convém ao capital que as formas contemporâneas sejam apresentadas como relações que potencializam a explo-

ração. Para a legitimidade do capital, as relações promovidas sob a égide da flexibilização devem ser vistas como valorizadoras da subjetividade do trabalhador, promessa de autonomia e independência, que sugerem a opção de o trabalhador escolher como e quando quer trabalhar.

Ora, numa sociedade em que nem o capitalista individual tem autonomia<sup>12</sup>, como defender essa condição ao trabalho que lhe é subordinado?

Ao discutir as formas de salário, Marx (1984) nos faz ver que “o salário assume formas variadas, circunstância que não é possível perceber por meio dos compêndios de Economia, os quais, em seu brutal interesse pela substância, negligenciam todas as diferenças das formas” (Idem, p. 133). Nesse sentido, demonstra que o salário por peça, “nada mais é que uma forma metamorfoseada do salário por tempo, do mesmo modo que o salário por tempo é a forma metamorfoseada do valor ou do preço da força de trabalho” (Idem, p. 139). A partir dessa premissa, o trabalhador cuja remuneração tem por base a peça ou a produtividade está a vender força de trabalho, mesmo que, aparentemente, esteja a vender trabalho objetivado numa determinada mercadoria.

Ao contrário da autonomia e da liberdade prometida pela flexibilização da economia, os trabalhadores estão, cada vez mais, subordinados ao capital, uma vez que a qualidade e a intensidade do trabalho já não precisam ser controladas através de gerentes e supervisores, pois o próprio salário se encarrega dessa tarefa. O salário por peça constitui “a base tanto do moderno trabalho domiciliar [...] como de um sistema hierarquicamente organizado de exploração e opressão” (MARX, 1984, p. 141).

---

<sup>12</sup> Conforme Mészáros (2002).

Essa modalidade de salário disseminada nas relações atuais de produção não é inocente. Além de elevar o grau de intensidade do trabalho, alterando, portanto, o tempo de trabalho socialmente necessário, propicia a introdução de intermediários, suscitando uma hierarquização, na qual a exploração dos trabalhadores pelo capital pode ser mediada pelos próprios trabalhadores.

Assim, o que se nos é apresentado como liberdade do trabalho e respeito à individualidade do trabalhador é tão somente uma forma adequada ao modo de produção capitalista, sobretudo quando a acumulação está a depender de relações flexíveis. Revela-se, aqui e agora, o caráter provisório das formulações capitalistas, expresso na metamorfose do atrasado em moderno.

Ora, admita-se ou não que o trabalho informal tende a ser a forma predominante, há de se concordar que a unidade capital é constituída pelos momentos da produção, da circulação e do consumo. Não há circulação de mercadorias sem que estas sejam produzidas. Quem as produz? A pequena empresa? A cooperativa? A nós parece que ignorar o trabalho como unidade de referência é uma forma de negar as categorias de base da sociedade capitalista. Portanto, se não analisamos a mercadoria capitalista<sup>13</sup> e suas consequências, a partir da relação capital-trabalho, corremos o risco de restringir a crítica à distribuição ou à aplicação da riqueza produzida, para o que nos alerta Jappe (2006).

Mas é o próprio Jappe (2006) que também atenta para a dificuldade da crítica ao valor. Ele nos faz ver que é comum reivindicar

---

<sup>13</sup> Essa discussão “só é possível no que respeita ao capital e à mais-valia, aos investimentos e aos salários, aos preços e às classes, ou seja, quando se trata de determinar a *distribuição* dessas categorias universais que regulam as trocas entre os homens” (JAPPE, 2006, p. 23).

mais empregos ou uma distribuição menos desigual do dinheiro. Difícil, diz ele, é contestar o trabalho abstrato,

*[...] levar a cabo uma crítica que recaia sobre si próprio, enquanto sujeito que trabalha e ganha dinheiro. A crítica do valor é uma crítica do mundo, mas uma crítica que não permite que se acusem de todos os males do mundo ‘as multinacionais’ ou ‘os economistas neoliberais’, continuando-se ao mesmo tempo a viver a própria existência pessoal no seio das categorias do dinheiro e do trabalho, sem ter a ousadia de as pôr em causa por receio de se perder a aparência de ‘razoabilidade’ (JAPPE, 2006, p. 19).*

Talvez, essa dificuldade, fomentada pela hegemonia do pensamento dominante e expressa nas agências oficiais de estatística explique o fenômeno de os trabalhadores se assumirem como trabalhadores autônomos, conta própria, *self-employed*. Consciente ou inconscientemente, a ilusão da autonomia é bem mais comum entre os trabalhadores, que a aceitação da realidade.

Contudo, para além dos aspectos subjetivos dessa discussão, a investigação científica – cuja base é a objetividade – deve estar atenta às metodologias utilizadas pelas agências oficiais de estatísticas, que, às vezes, podem conduzir a conclusões que adulteram a realidade. Nesse sentido, Raquel Gil Montero, investigadora integrada ao Global Collaboratory on the History of Labour Relations 1500 – 2000, no Methodological Paper Bolívia 1900 – 2000, questiona dados do Censo de 2001, chamando atenção, dentre outros percentuais, ao de “trabalhadores domésticos”, cuja importância para a economia pode estar sendo subestimada. No mesmo país, segundo o mesmo *paper*, acima referido, a categoria que reúne trabalhadores da agricultura, caça e pesca situa 71,6% desses trabalhadores no *self-employed*, uma taxa muito alta, mesmo para um país pobre. Ora, como

em toda a América Latina, o agronegócio também cresce naquele país. Dentre os produtos exportados pela Bolívia está a soja. Embora seja uma produção excludente, cujos empregos caem na medida em que aumenta a produção, convém verificar o destino da agricultura familiar nesse ramo da economia, onde o número de empregos corresponde a 77%, cabendo à agricultura patronal, portanto, apenas 23%. (2012, online). Seriam os 257.925 trabalhadores da agricultura familiar (77%), de fato, trabalhadores por conta própria? A objetividade da relação capital põe em dúvida essa possibilidade.

Certo é que, sob o signo da flexibilidade, na agricultura, na indústria e nos serviços, há diferentes trabalhadores sendo explorados pelo capital, mediante relações informais e afirmando serem trabalhadores por conta própria. Disso tira proveito o capital. Mas a redução dos custos de produção, que favorece o capital, agrava a questão social e é tarefa por excelência das ciências sociais apreender o processo que a gera. Nesse sentido, faz-se necessário tomar como unidade de referência o trabalho e não a empresa, como sugere a orientação neoliberal. Mudou a forma da exploração, mas não o conteúdo. O que antes era atrasado, agora é moderno, porque atende à exigência de ser flexível. Nas formas de trabalho aparentemente autônomas permanece todo o conteúdo da relação salarial: o comando da produção, a exploração da mais-valia, a determinação sobre o valor do salário etc., com o agravante de parte do custo da produção ser transferido para o trabalhador, o que se torna possível, em muitos casos, pelo assalariamento por peça. Muitos dos trabalhos “autônomos” são elos de uma cadeia produtiva, que o comando capitalista reúne, tendo em vista um produto final, a produção de uma mercadoria, que tem nexos com a acumulação capitalista.

É, no mínimo, irrazoável, que a nova divisão capitalista do trabalho suscite uma modalidade de trabalho que elimine a exploração. E não basta que os trabalhadores sejam convencidos de que trabalham por conta própria, pois a semântica não muda a realidade. Contudo, a aceitação dos trabalhadores legitima as atuais formas, apesar dos prejuízos materiais a que estão submetidos. A isso se acrescentam implicações teóricas, bem menos nítidas, embora de mais longo efeito e maiores consequências histórico-sociais.

À medida que todos se tornam vendedores de mercadorias, o momento da produção desaparece e a economia torna-se o que querem os economistas burgueses: apenas circulação de mercadorias. Assim, todos os indivíduos parecem ser agentes econômicos, cujo encontro é promovido pela “mão invisível” do mercado, em condições de igualdade, numa relação compra-venda. Ao se colocar em dúvida o valor trabalho e transformar os trabalhadores em meros vendedores de mercadoria, óbvio que esses não vendem mais força de trabalho. Na melhor das hipóteses, vendem trabalho, mercadoria objetivada. Com isso, desaparece o vínculo empregatício e a proteção social que, em tese, ainda é direito do trabalhador formalmente empregado. Mas não é só. Nesse movimento, cancela-se a divisão da sociedade em classes, mascara-se a exploração da mais-valia e distancia-se o horizonte revolucionário.

É incontestável que mudou a forma, repetimos. Mas o capitalismo não convive com uma produção independente. Se a exploração da mais-valia é coisa do passado, procede perguntar de onde vem a acumulação capitalista. E se a resposta atribuir centralidade à financeirização, insistimos noutra pergunta: por



que a economia atual continua interessada pelas áreas estratégicas da produção?

## **Considerações Finais**

A transfiguração sofrida nas relações de produção, graças à reestruturação produtiva do capital, mais especificamente demandada pela flexibilização da economia, permite ilações acerca do fim do sistema de assalariamento. Na comunidade acadêmica, reconhecidos intelectuais discutem o fim da sociedade do trabalho, indicando que o trabalho assalariado deixou de ser a base da sociedade capitalista. Se isso fosse verdade, as características que deram origem ao modo de produção capitalista (separação dos meios de produção do produtor e monopólio destes pela burguesia, elementos que, definitivamente, dividem a sociedade em classes) tornar-se-iam apenas um fato datado, que o desenvolvimento teria superado.

Não é o que demonstra a realidade. Embora a exploração se materialize sob formas que mascaram a contradição capital-trabalho, o sistema de assalariamento continua sendo a base da sociedade capitalista, em alguns casos, mediante o salário por peça e em outros, mediante estratégias criadas pelos Estados, a exemplo dos estágios, das bolsas etc. Evidentemente, transformar o assalariado por tempo em assalariado por peça não cancela a exploração da mais-valia. E no que se refere aos trabalhadores improdutivos, estes quando não são colocados na informalidade, são submetidos a condições precárias de trabalho, a começar pelo rebaixamento salário. Se os nossos argumentos refletem o real, se a sociedade de que estamos a tratar continua tendo a mesma base, é inviável

que todos os agentes econômicos se encontrem no mercado como vendedores de mercadorias. Em sendo assim, o trabalho informal e a flexibilidade adéquam-se como a mão à luva, na atual fase do desenvolvimento capitalista.

Trabalho informal não é novidade, principalmente para os países subdesenvolvidos. Exatamente, por isso, a literatura dominante tendeu e ainda tende a tratar esse fenômeno como se fosse uma característica do subdesenvolvimento, perspectiva que lhe atribui externalidade ao desenvolvimento capitalista. A nós parece que já não se pode ignorar que o subdesenvolvimento de uma região ou de uma parte do mundo está vinculado historicamente ao desenvolvimento de outra. Hoje, a hierarquização não é só Norte-Sul, ela está presente tanto entre países do continente europeu, quanto na relação deste com outros continentes e, ainda, entre países do Sul.

No que é essencial, o capital continua sendo dinheiro em busca de valorização. Não importa se para atingir esse fim a sociedade seja conduzida à barbárie. Portanto, faz-se necessário aprofundar o debate pelo qual se possa perceber o que significa a generalização do trabalho informal para a sociedade capitalista, para a classe trabalhadora e, principalmente, para o futuro da humanidade.

## Referências

BRAUDEL, F. (1987) *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco.

JAPPE A. (2006) *As aventuras da mercadoria*. Lisboa, Antígona.

MARX, K. (1983) *O capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, vol. I, tomo 1.

\_\_\_\_\_. (1984) *O capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, vol. I, tomo 2.

\_\_\_\_\_. (1978) *Capítulo VI inédito de O capital*. São Paulo, Ciências Humanas.

\_\_\_\_\_. (1980) *Teorias da mais-valia*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. (1982) *Salário, preço e lucro*. São Paulo, Abril Cultural.

MÉSZÁROS, I. (2002) *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo; Campinas, Editora da Unicamp.

MONTERO, R. G. (2012) *Methodological Paper Bolívia 1900-2000*. Amsterdam, Collaboratory on the History of Labour Relations 1500 – 2000.

NEGRI, A. (2002) *O poder constituinte: ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro, DP & A.

OFFE, Claus. (1995) *O capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.

OIT. (1972) *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra, OIT.

PERRY, G. E. et all. (2007) *Informalidade: saída e exclusão*. Washington D.C., Banco Mundial.

RIFKIN, J. (1995) *O fim dos empregos*. São Paulo, Makron Books.

SEMINÁRIO: A expansão da soja no baixo Amazonas (2012) Disponível em: [www.fase.org.br/v2/admin/anexos/.../1\\_expansao\\_soja\\_santarem.pdf](http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/.../1_expansao_soja_santarem.pdf) Acesso em: 08 dez. 2012.

SOUZA, P. R. C. (1999) *Salário e emprego em economias atrasadas*. Campinas, SP, Unicamp, IE, (Coleção Teses).

TAVARES, M. A. (2004) *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo, Cortez.